

## **A INSERÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAPURANGA-GO<sup>1</sup>**

Tatiane da Silva Castro<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Lei nº 11.645/2008 determinou que a temática “História e Cultura afro-brasileira e Indígena” fosse inserida no currículo oficial da rede de ensino, com objetivo de contribuir na construção de uma educação voltada para a diversidade, rompendo com o ensino de modelo eurocêntrico, tendo em vista, o intuito de educar para a diferença. A proposta da pesquisa é observar como os indígenas são representados nos livros didáticos e como são reconhecidos pelos alunos, objetivando compreender a importância de se estudar a questão indígena, a fim de desconstruir estereótipos e preconceitos que são associados aos indígenas. Também foi realizada uma pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário aos alunos do 6º, 7º e 8º ano do ensino fundamental e professores. A escolha das turmas se deu, uma vez que os alunos já teriam alguns conceitos e opiniões formados em relação a temática indígena. Sobretudo, a partir dos resultados obtidos, nota-se a necessidade de discussões a respeito das questões indígenas no âmbito escolar, pois, segundo Grupioni (1998), a escola é um espaço de troca, diálogo, descobertas e convivências, ideia também compartilhada por Funari e Piñón (2014), que ressaltam o papel fundamental da escola na formação da criança, e assim, se torna indispensável trabalhar a diversidade. Tendo em vista, que a maioria das respostas obtidas no questionário aplicado indicam que o “índio” fora deixado no passado. Ao serem solicitados a representarem os indígenas por meio de desenhos, os alunos ressaltaram a vida em aldeias, habitação em ocas, enfeites de pena, a caça, a pesca, o arco e a flecha. Por meio dos pressupostos elencados, percebe-se uma visão folclorizada nos desenhos produzidos pelos alunos. Entretanto, os desafios da abordagem da temática indígena ainda continuam presentes no contexto escolar, apesar da lei estar em vigor desde 2008, existem poucos recursos: como falta de materiais didáticos, ausência de profissionais qualificados e também a necessidade de novas pesquisas sobre o tema como forma de ampliar as discussões e possibilidades de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Temática indígena; Lei 11.645/2008; livro didático.

**ABSTRACT:** The law No. 11,645 / 2008 determined that the theme "History and african-Brazilian Culture and Indigenous" be inserted in the official curriculum of the school system, in order to contribute to building an education for diversity, breaking teaching Eurocentric model, with a view, in order to educate for the difference. The

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Docência: interdisciplinaridade e demandas contemporâneas, na área interdisciplinar, da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itapuranga, orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Damiana Antonia Coelho.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás Câmpus Itapuranga e pós-graduanda em Docência: interdisciplinaridade e demandas contemporâneas (UEG-Câmpus Itapuranga).

aim of this research is to see how the Indians are represented in textbooks and how they are recognized by the students, aiming to understand the importance of studying indigenous issues in order to deconstruct stereotypes and misconceptions that are associated with Indians. It was also made a field research by the application of a questionnaire to students of 6th, 7th and 8th grade of elementary school and teachers. The choice of the groups was given, since the students already have some concepts and opinions formed in relation to indigenous issues. Above all, from the results, it is noted the need for discussions on indigenous issues in schools because according Grupioni (1998), the school is a space for exchange, dialogue, discoveries and conviviality, also shared idea by Funari and Piñón (2014), which emphasize the fundamental role of the school in the education of children, and thus becomes indispensable work diversity. Considering that most of the answers obtained in the questionnaire indicate that the "Indian" had been left in the past. To be asked to represent the indigenous people through drawings, the students emphasized the life in villages, housing in hollow, feather ornaments, hunting, fishing, bow and arrow. Through the listed presuppositions, we can see a folkloric vision in the drawings produced by the students. However, the challenges of the indigenous thematic approach still present in schools, despite the law being in force since 2008, there are few resources: such as lack of textbooks, lack of qualified professionals and the need for further research on the topic as way to broaden the discussion and teaching-learning opportunities.

**Keywords:** Indigenous Thematic; Law 11.645 / 2008; textbook.

## 1 Introdução

A proposta desta pesquisa é de desenvolver uma análise em torno da temática indígena, que por muito tempo permaneceu excluída da História oficial do Brasil, pois a história dos povos indígenas apresentada por meio dos relatos de viajantes e missionários europeus, nos últimos anos, está em processo de (re)leitura por meio do reconhecimento dos indígenas e de sua diversidade cultural. Nesse intuito, a Lei nº 11.645/2008 determinou que a temática "História e cultura afro-brasileira e Indígena" fosse inserida no currículo da rede de ensino, de modo a viabilizar a construção de uma educação voltada para a diversidade. Vale ressaltar que, apesar da referida Lei estar em vigor desde 2008, ainda existem alguns empecilhos como a falta de materiais didáticos; ausência de formação na área; e a necessidade de novas pesquisas sobre o tema.

Para a revisão da literatura, utilizam-se autores como: Luis Donisete Benzi Grupioni (1998), Marcia Machado (2016), Cristiane de Assis Portela (2008), Poliene Soares dos S. Bicalho (2013), Pedro Paulo Funari (2014), Ana Piñón (2014), Homi Bhabha (1949) entre outros, que deram fundamentação teórica ao artigo. Apoiada nessas concepções, propõe-se pensar as representações do indígena nos livros didáticos, na sala de aula, bem como são estudados, sua trajetória histórica, a fim de abarcar uma visão crítica sobre os materiais didáticos tradicionalmente disponíveis, tendo em vista desmistificar concepções acerca do indígena que, geralmente, é deixado no passado.

Para entender o ensino sobre os povos indígenas, fez-se necessário abranger uma visão diferenciada e mudar alguns conceitos preconcebidos e estereotipados em relação ao “índio”. Na tentativa de compreender a importância da implementação da Lei nº 11.645/2008, que deu bases para a inserção da temática indígena dentro do currículo escolar, este artigo buscará destacar a importância de se estudar os povos indígenas, como são representados nos livros didáticos e reconhecidos pelos alunos. Em síntese, trata-se de analisar a relevância da temática indígena no processo histórico e na contemporaneidade.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de caráter interpretativa qualitativa, com fundamentos metodológicos, discussões bibliográficas, além da coleta de dados por meio de um questionário aplicado aos alunos e professores. Mediante a análise e interpretação do livro didático e dos desenhos produzidos, discutiu-se como a temática indígena é apresentada em sala de aula e como os povos indígenas aparecem representados nos livros didáticos.

Diante do exposto, este artigo está dividido em dois momentos. Em um primeiro, retomam-se a Lei 11.645/08 e as representações do indígena no livro didático. Posteriormente, retratam-se as percepções dos alunos acerca da temática indígena, levando-se em conta que o papel da escola e do professor é relevante na vida e formação da criança. Em suma, este artigo se propõe a refletir sobre a temática indígena, tomando como partida a maneira como são representados pelos livros didáticos e pelos próprios alunos.

## **2 A Lei 11.645/08 e as representações do indígena no livro didático**

A Lei nº 11.645 sancionada dia 10 de março de 2008, determinou que a temática “História e cultura afro-brasileira e Indígena” fosse inserida no currículo oficial da rede de ensino, contribuindo para a discussão desses temas em sala de aula, além de viabilizar a construção de uma educação voltada para a diversidade. Em resumo, a aprovação da mesma retrata a importância do reconhecimento do negro e do índio como pilares da formação da sociedade brasileira – sujeitos históricos que lutaram pelos seus ideais –, rompendo com o ensino de modelo eurocêntrico, ao passo que visa educar para/pela diferença.

Partindo desta afirmativa, Bicalho (2013) ressalta que a obrigatoriedade da temática indígena, na rede de ensino das escolas públicas e privadas, se deu pelo desconhecimento da sociedade em relação a diversidade étnica e cultural brasileira. Ao pensarem na importância da Lei 11.645, Dunck; Barretos e Nazário (2016), destacam que ela constitui uma abertura para realização de um ensino que valorize as relações interculturais e a construção de uma educação voltada para a história e a cultura dos povos indígenas, desde que se apresente de forma descolonizadora.

Propõe-se, a partir do viés descolonizador, compreender como a temática indígena pode ser apresentada no contexto escolar. Logo, objetivando-se ir além da visão do colonizador, promove-se um estudo que leve em consideração as diferenças e a diversidade étnica e cultural que marca nossa sociedade. Corroborando esta educação, Dunck, Barretos e Nazário (2016, p. 142) chamam atenção para uma “educação que acolha as diferenças que estão na escola e fora dela, pensando evidentemente também nas escolas que não recebem alunos indígenas, mas tem a obrigação e o dever de educar para a diversidade”. Sendo assim, a fim de desconstruir a visão estereotipada que é vinculada a imagem do indígena, defende-se – neste artigo – uma educação que forma indivíduos críticos e reflexivos a respeito do outro, principalmente no que se refere a questão indígena.

Ao refletir sobre os povos indígenas, vários estereótipos são vinculados a sua imagem. Dunck, Barretos e Nazário (2016) corroboram com esta afirmativa ao pontuarem que

[é] comum em nosso cotidiano encontrarmos pessoas que detêm um imaginário, de que, todos os índios são iguais, fortalecendo o mito do índio genérico; os indígenas não falam línguas, mas dialetos; para ser índio tem de andar caracterizado com penas, arcos e flechas, “pelado preferencialmente”; os indígenas só comem peixe, beiju e caça dentre outros aspectos (p. 126).

Contudo, os autores supracitados afirmam que esta representação perdura ao longo do processo histórico em virtude de uma classe “opressora”, que sentiu-se no direito de escravizar, colonizar e catequizar os povos indígenas, tendo estes os seus direitos destituídos, a partir desta ação colonizadora.

Em encontro ao que foi exposto, Bhabha (1949, p. 124) assinala que “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipo degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”. Desse modo, percebe-se uma descaracterização dos povos indígenas no processo histórico, sendo apresentados como objetos da ação do colonizador, uma vez que, “são submetidos a diversos tipos de violência, exploração e opressão. E representações negativas perduram sobre os indígenas, tais como: povos ‘selvagens’, ‘bárbaros’, ‘indolentes’, ‘preguiçosos’ dentre outros” (MACHADO, 2016, p. 09).

Partindo dessa ideia, Dunck, Barretos e Nazário (2016) destacam que a escola por ter um papel fundamental na formação de opiniões, deve criar mecanismos de estudo que levem em conta a realidade dos povos indígenas, ressaltando a sua história de luta e resistência frente aos colonizadores, bem como abarque questões que rompam com estereótipos e preconceitos vinculados à imagem dos grupos indígenas, levando em consideração as práticas culturais e sociais destes povos.

Dentro desse contexto, conforme cita Wittmann (2015), as atuações dos sujeitos indígenas devem ser notadas a partir de seu conhecimento social e cultural

específico. Em face disso, compreende-se o indígena como “sujeito histórico, que age conforme a sua leitura de mundo, baseada tanto em códigos socioculturais quanto nas experiências desencadeadas pelo contato” (WITTMANN, 2015, p. 17). Notadamente, “a sociedade brasileira tem, em sua composição demográfica, diferentes matrizes étnicas e uma riqueza etnocultural que constituem um patrimônio a ser preservado, estudado e respeitado” (SILVA, 2015, p. 22).

Partindo dessas considerações, realiza-se a análise de livros didáticos de História na tentativa de se compreender como a temática indígena tem sido representada e qual a imagem exposta nesse material acerca dos “índios”. A princípio, constatou-se que ainda se tem informações equivocadas e carregadas de preconceito e estereótipos nos materiais didáticos revistos. Sobre isso, Grupioni (1998, p. 487) faz uma crítica ao livro didático ao destacar que, neles, os “índios e negros são quase sempre enfocados no passado. Visto que, o índio aparece em função do colonizador”. Também em relação a isso, Portela (2008, p. 77) destaca que “o índio que se busca e o índio imaginado de um passado distante, é não o índio real e contemporâneo”.

Dando seguimento a análise ora mencionada, utilizam-se os livros didáticos de História do Projeto Araribá organizado por Maria Raquel Apolinário do 6º, 7º e 8º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Estadual, com a finalidade de compreender as representações acerca da temática indígena.

Cabe enfatizar, antes de tudo, que “o livro didático é, muitas vezes, o único material impresso disponível para os alunos” (GRUPIONI, 1998, p. 486). Mediante a análise dos livros supracitados, percebe-se que eles fazem alusão sobre a temática indígena, mas de forma superficial, ao passo que em alguns pontos procuram dar “visibilidade” aos povos indígenas, com a apresentação de especificidades sobre: sua diversidade cultural, sua sobrevivência e/ou o seu cotidiano. Apesar disso, nota-se que também fazem menção de práticas antropofágicas, no instante em que ressaltam as missões jesuíticas e dos bandeirantes. Além disso, nos materiais revistos, os índios aparecem como objetos da ação colonizadora e não como sujeitos ativos, que lutaram, resistiram, aos



processos de violência e genocídio em que foram submetidos. Implicitamente, esconde-se que os povos indígenas foram tirados de suas terras e de suas raízes para viverem nos aldeamentos.

Partindo desse viés, compreende-se que a forma de organização dos conteúdos segue de o tempo cronológico e histórico. Em um primeiro momento, após uma análise sistematizada dos livros didáticos, vê-se tem uma alusão dos primeiros povoamentos do Brasil, como era a vida dos primeiros habitantes, ressaltando, pois, os tipos de plantas cultivadas, as moradias, a arte em cerâmica, dentre outros aspectos. Ao passo que,

[n]o sul do Brasil, arqueólogos encontraram pontas de flechas feitas de pedras de diferentes formatos, usadas para abater animais mais ágeis, como os pássaros. Acredita-se que esses povos tenham sido responsáveis pela difusão do arco e da flecha entre as populações pré-históricas do Brasil (APOLINÁRIO, 2010, p. 62)

Como visto, as referências a respeito da questão indígena ainda continuam sendo exploradas pelas obras sem muito aprofundamento. Entretanto, notou-se em comparação que, nos processos de estudos sobre os grandes impérios como Maia, Asteca e Inca, os mesmos livros fazem um percurso histórico, com maior número de informações quanto aos costumes e as práticas culturais. Assim, percebe-se que eles enfatizam mais os povos pré-colombianos do que os povos indígenas da sociedade brasileira, que são vistos a partir de uma perspectiva do processo de “colonização Ibérico”.

Conforme analisa Apolinário (2010), o primeiro contato entre portugueses e nativos americanos se deu de forma pacífica, mas com um certo estranhamento a partir das diferenças existentes entre ambos. Em relação as primeiras atividades exploradas pelos portugueses na terra recém descoberta, destacam-se as seguintes:

[o] pau-brasil era adquirido por meio do escambo, uma relação comercial simples pela qual os portugueses forneciam produtos aos indígenas em troca do seu trabalho na extração do pau-brasil. Os indígenas cortavam

madeira e a transportavam até as caravelas portuguesas (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p. 166).

Os conflitos ocasionais com os indígenas estavam relacionados às alianças que estes estabeleciam nas guerras entre portugueses e franceses. “De maneira que, as tensões tornaram-se inevitáveis quando os portugueses começaram a escravizar os nativos, obrigando-os a abandonar suas tribos e a trabalhar em certas atividades, sobretudo na lavoura de cana-de-açúcar” (APOLINÁRIO, 2010, p. 167). Entretanto, vê-se que o material didático analisado não viabiliza essas questões, ocultando a importância que os indígenas tiveram na luta contra o sistema de opressão e a relevância da formação das suas alianças.

Carvalho Jr. (2015) traz um importante debate em relação à necessidade das alianças. Para o autor, elas foram decisivas na conservação e posse de diversos territórios pelas tropas portuguesas, principalmente por causa do apoio dos guerreiros indígenas, que detinham grande conhecimento sobre os territórios, o uso de diversos tipos de venenos e estratégias de guerrilha; além disso, não se perdiam nas florestas e atuavam pontos estratégicos na derrubada dos inimigos, que desconheciam os caminhos a percorrer.

Em especial, a coleção do projeto Araribá do 7º ano busca aprofundar o conhecimento acerca da diversidade dos povos indígenas do Brasil. Apolinário (2010) apresenta dados do censo 2010 do IBGE,

[h]oje mais de 800 mil índios no país, visto que, os índios nunca formaram um único povo. Notadamente, a diversidade cultural que caracteriza os povos indígenas pode ser medida pelo número de línguas faladas por eles: são mais de 180. Entretanto, a cultura dos “índios”, não se resume à língua falada, uma vez que, desenvolveram um conhecimento único da natureza. Eles conhecem propriedades medicinais e cosméticas de raízes, sementes, folhas, frutos etc. (p. 173).

Nesse sentido, a autora chama a atenção aos dados referentes a população, a variedade existente de diferentes povos e “truncos linguísticos”. Apesar desta análise, que dá maior visibilidade a grande variedade existente entre estes



povos, alguns pontos permanecem suscetíveis às críticas, visto que, ao levantar aspectos sobre a sociedade dos Tupi:

[q]uando os europeus chegaram ao continente americano, no final do século XV, os Tupi dividiam-se em Tupinambá, Caeté, Potiguara e outros. As aldeias situavam-se em lugares com água, madeira e alimentação farta. A população, distribuía-se em quatro a oito grandes habitações, chefiadas por um líder, chamado principal, que conquistava essa posição por ser corajoso e habilidoso na arte da guerra. As aldeias ligavam-se entre si por alianças, estabelecidas conforme afinidades e relações de parentesco (APOLINÁRIO, 2010, p. 174).

Embora apresente aspectos relevantes à sociedade dos Tupis, faz-se a referência a estes povos no passado, sem contextualiza-los ao presente. Conforme Grupioni (1998), destaca os livros didáticos não abarcam questões que dão suporte para compreender a importância do “índio” no processo histórico. Isto porque há uma descontextualização a respeito da temática indígena, de modo que, ao representar estes povos apenas no passado, passa-se a impressão de que estes não pertencem ao presente e/ou nem mesmo ao futuro.

Nesse contexto, percebe-se que a temática indígena é apresentada ainda que superficialmente no livro didático. Nesse viés, segundo Bicalho (2013) o papel do professor é de relevância para viabilizar novos conhecimentos, buscar novas fontes para desenvolver o ensino-aprendizagem e explicar, de forma cuidadosa, os temas pouco trabalhados como: diversidade, gênero, cidadania etc.

Outro aspecto verificado na análise dos livros está relacionado a expansão da América Portuguesa, que dá maior ênfase ao papel das missões jesuítas e a conquista do sertão pelos bandeirantes. Segundo aponta Apolinário (2010), na primeira metade do século XVI, ordens religiosas católicas assumiram a tarefa de cristianizar os povos indígenas americanos. A forma mais eficaz que os jesuítas encontraram para tanto foi reunindo-os em aldeias, chamadas de missões ou reduções. A autora acresce que a única forma dos indígenas alcançarem a “civilização” era através da catequese, adotando, para tanto, o modo de vida cristão

e, conseqüentemente, deixando de lado suas crenças, sua cultura, sua língua materna dentre outros aspectos.

Assim, nota-se no livro que as missões jesuítas são retratadas no catequizar os “índios”, trazendo-os a “civilização”, porém, sem buscar uma reflexão sobre como foi a resposta as essas ações. Diante dessa análise, vê-se que estas questões carecem de aprofundamento. Outro ponto de destaque é a negação a estes povos no que diz respeito ao uso de sua língua materna, sendo imposta o uso da língua portuguesa. Dunck, Barretos e Nazário (2016) pontuam que, apesar de terem sido forçados a abandonar sua língua materna, ocasionando a extinção de muitas etnias e línguas, os povos indígenas têm lutado, cada vez mais, em prol de seus direitos e práticas culturais.

Tomando-se por base a conquista do sertão, que organizou várias expedições de apresamento, devido “a constante falta de mão de obra nas lavouras [que] levou os colonos a organizarem, as chamadas bandeiras pelo interior da América portuguesa, com o objetivo principal de capturar índios para o trabalho nas lavouras” (APOLINÁRIO, 2010, p. 16, grifo meu). Segundo Rocha (2016), essas expedições ocasionaram uma devastação frente a população indígena. Houve, assim, uma dizimação destes povos tanto pelo contato a partir das guerras travadas, como pelas doenças trazidas, pois os indígenas não eram imunes a elas. Em, consequência a isso, ocorreu a descaracterização cultural das etnias frente ao contato com os bandeirantes, que tinham por objetivo capturar os indígenas e levá-los aos aldeamentos, trazendo-os a civilização.

Notadamente, percebe-se a representação dos povos indígenas convertidos e/ou escravizados, sem levar-se em conta os seus próprios interesses, a luta em prol de sua liberdade, de suas terras, de sua cultura etc. Como mostra a História, houveram diversas manifestações de resistência, que tiveram total importância na construção do que hoje se conhece como Brasil. Entretanto, na maioria das vezes, os “índios” são vistos a partir da ação colonizadora.

Desse modo, com o intuito de mudar esta situação e pensar em uma educação para a diferença, Dunck, Barretos e Nazário (2016) argumentam que

conhecer a história do contato entre indígenas e colonizadores, de forma contextualizada e crítica, torna-se um passo importante na desconstrução de ideias preconceituosas e estereotipadas vinculadas a imagem do indígena. Trata-se, nesse sentido, de construir um caminho que leve em consideração a valorização da diversidade étnica e cultural que está dentro e fora da escola, o respeito à vida e às suas diferenças.

Após esta análise sistematizada dos livros didáticos, teve-se em mente desconstruir a visão estereotipada que ainda é vinculada a imagem do indígena. Notadamente, constatou-se que alguns pontos permanecem suscetíveis a críticas. Apesar do material didático apresentar alguns pontos relevantes a respeito da diversidade cultural, dos “truncos linguísticos”, percebe-se que ainda disponibiliza-se poucas páginas para se abordar a temática indígena. Por conseguinte, persiste uma descaracterização dos povos indígenas no processo histórico, sendo apresentados como objeto da ação do colonizador. Nesse viés, em seguida, pretende-se observar as percepções dos alunos acerca da figura indígena, por meio da aplicação de um questionário e dos desenhos realizados pelos alunos do 6º, 7º e 8º anos, do ensino fundamental, de uma escola estadual.

## **2.1 Percepções dos alunos acerca da temática indígena:**

Por meio dos estudos de Funari e Piñón (2014, p. 116), compreende-se que o papel da escola na formação da criança, assume um ponto estratégico ao contribuir para que o indígena deixe de ser apenas um “outro” a ser observado à “distância”, com “medo”, “desprezo ou admiração”, fazendo-o ser visto como um sujeito histórico, parte integrante da diversidade étnica e cultural que marca a sociedade brasileira.

Com base nessas afirmativas, observa-se que o papel da escola e do professor é relevante na vida da criança, pois, neste período, formam-se opiniões, conceitos etc., que o acompanham ao longo de sua vida. Nesse bojo, o professor

precisa posicionar-se como mediador do conhecimento, em face de problematizar a realidade e criar mecanismos que deem suporte para adequar as diversidades dentro da educação. A educação, nesse meio, age no intuito de formar cidadãos críticos e reflexivos, a fim de desconstruir preconceitos e estereótipos que ainda permeiam a sociedade.

Para dar fundamento ao objeto de análise, realizou-se uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário aos alunos do 6º, 7º e 8º anos, do ensino fundamental e, também, aos professores. Todavia, não obteve-se resposta de nenhum dos docentes. A escolha das turmas foi feita levando-se em conta a diversidade dos alunos, seus conceitos e opiniões (trans)formados em relação à temática indígena. Segundo Funari e Piñón (2014, p. 109), “as percepções dos alunos sobre os índios mostram os avanços e os limites das políticas educacionais dos últimos anos”.

A partir dos resultados obtidos, fica quase notável a ausência de discussões a respeito das questões indígenas no âmbito escolar, tendo em vista que, na maioria das respostas do questionário aplicado, o indígena fora deixado no passado. Vale ressaltar que, nem sempre é dada a importância devida a este tema na escola, trabalhando-se com o mesmo – em geral – somente nas proximidades do “Dia do Índio”, de forma superficial. Isto é evidenciado com base nas respostas dos alunos referente a seguinte pergunta: *Como são representadas as comemorações no “Dia do Índio”?* Dentre as respostas, disseram que: com “pintura”, “palestra”, “poema”, “confecção de cartazes”, “dança”, “desenhos para pintar”, “redação sobre os índios”, “nos vestimos como eles dançamos como eles comemos algumas comidas iguais, etc.” Sobre isso, Oliveira (2015) analisa que

As representações produzidas pelos alunos e alunas sobre os povos indígenas ainda estão sedimentadas em uma tradição escolar que reforça certas distinções entre indígena e não indígenas a partir de traços exteriores, popularizados em uma data comemorativa, a saber, o Dia do Índio. Nas escolas campo esta data é lembrada por meio de atividades, como por exemplo, a produção de textos e desenho (p. 97).

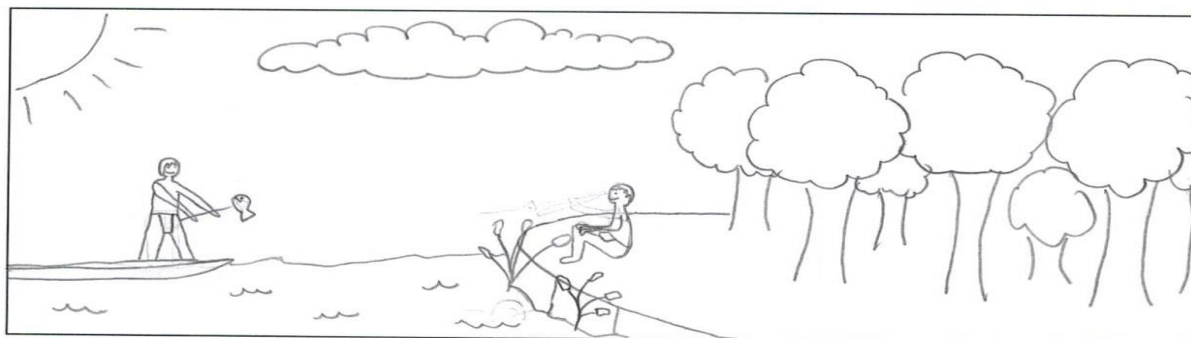
Noutro momento, propôs-se a seguinte indagação: *De tudo que você já ouviu falar, seja em casa por seus pais ou na escola pelos professores a respeito dos povos indígenas, explique o que estes povos representam e quais suas contribuições para a cultura brasileira.* As respostas foram: “Eles deixaram a mandioca, peteca, arco e flecha, pesca, os remédios naturais (sic)”; “Para lembra o passado e lembra da nossa cultura por que ela esta sumindo (sic)”; “A língua indígena e a cultura”; “Eles contribuíram na culinária, nas brincadeira, em vários tipos de alimentos. São importantes pois foram os primeiros povos a habitar nosso país (sic)”; “Eles que desenvolveram uma cultura totalmente diferente e uma linguagem antiga e difisiu de se compreender que poucos tiveram o privilegio de aprender a falar” (sic). Diante do exposto, verifica-se a necessidade de aprofundar abordagens a respeito da temática indígena, já que os mesmos continuam sendo representados no passado.

Segundo Grupioni (1998, p. 483), “os índios continuam sendo pouco conhecidos e muitos estereótipos vem sendo vinculados a eles. A imagem de um índio genérico, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas”. Partindo desta afirmativa, solicitou-se aos alunos que fizessem uma representação dos indígenas por meio de desenhos:

Desenho 1: Kinght Fire 6º ano



Desenho 2: Jaiane Silva 7º ano



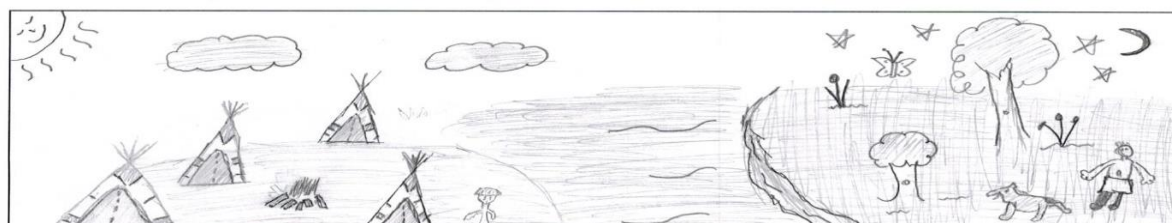
Desenho 3: Nomady Craft 8º ano



Desenho 4: Ryan Craft 8º ano



Desenho 5: Marcolino 6º ano.



Fonte: Arquivo pessoal

Verificou-se, a partir dessas imagens, a vida em aldeias, a habitação em ocas, a caracterização com enfeites de penas, a tanga, indígenas em contato com a natureza, a caça, a pesca e a utilização do arco e a flecha. Diante dessas representações, Portela (2008, p. 99) afirma que: “outra imagem recorrente é a do índio atrasado, apresentado em oposição ao progresso tecnológico do não-índio”.



Nesses casos, atenta-se para a ideia que, para ser um indígena, tem-se que andar caracterizado com penas, arcos e flechas, viver em matas ou em “ocas”. Sobre isso, faz-se as seguintes provocações: *Não posso ir além? Não posso aceitar que os indígenas usam roupa, fazem uso de tecnologias como computadores, celulares e moram na cidade? E mesmo assim ainda continuam sendo indígenas, portanto reconhecidos como tais?*

Dentro desse contexto, Silva (2015) destaca que:

A atitude de qualificar muitas das populações indígenas do presente como aculturadas, ou seja, como se houvesse populações mais indígenas e outras menos indígenas, remete a uma espécie de escala evolutiva, em que os critérios para a definição de quem é ou não índios passam pela desapareção da língua indígena como língua materna, pelo uso de roupas, calçados e outros elementos exteriores à cultura material tradicional dessas populações; ou, ainda, pelo uso de recursos tecnológicos modernos, tais como telefones celulares e computadores. Sem falar nos traços biológicos, que para muitas pessoas são utilizadas como critério definidor de quem é indígena ou não no Brasil, até os dias de hoje (p.26).

Wittmann (2015) corrobora essa ideia ao afirmar que:

A ideia de que índios deixam de ser índios quando usam roupas e têm acesso à internet, por exemplo, parte desse mesmo pressuposto de que a cultura indígena é ou deve ser imutável. Há uma dificuldade notável em entender as transformações ocorridas nas sociedades indígenas. Muitas delas, inclusive, foram ocasionadas por relações forçadas a partir da colonização europeia e, conseqüentemente, da escravização indígenas e das missões evangelizadoras (p.15).

Com base nas respostas, nota-se o discurso de que “os índios não estão entre nós”, “vivem lá longe, na mata”, “não fazem parte do nosso mundo”. A esse fenômeno, alguns estudiosos deram o nome de “invisibilidade indígena” (FUNARI e PÍÑÓN, 2014, p. 110). Para mudar esse processo, no qual o indígena está inserido, cabe a sociedade aprender com as relações “interculturais”, visando respeitar a cultura, a diversidade e as diferenças desses povos, ao contrário de os desqualificar. Sobre isso, Silva (2015, p. 37) aponta que “aprender a respeito dessa riquíssima

diversidade étnica e cultural constitui um desafio permanente para professores e estudantes da educação básica no Brasil”.

Notou-se que os desafios da abordagem da temática indígena ainda continuam presentes no contexto escolar. Apesar da Lei estar em vigor desde 2008, existem problemáticas como a falta de materiais didáticos, a ausência de formação na área e a necessidade de novas pesquisas nessa área, como forma de ampliar as discussões e abrir possibilidades de ensino-aprendizagem.

Conclui-se, assim, que a Lei por si só não garante que a história e cultura dos povos indígenas serão realmente trabalhados em sala de aula. Nesse sentido, Oliveira (2015, p. 119) argumenta que, “é interessante elencar que a proximidade/distanciamento de etnias dos discentes em relação aos povos indígenas serve de ponto de partida para algumas escolhas metodológicas”.

Portanto, cabe ao professor lidar com esse desafio, propor novas abordagens, jeitos de lidar com a diversidade representada pelos povos indígenas, escolher os materiais de apoio e adequá-los a partir das dúvidas dos discentes. Ou seja, trata-se de sugerir uma educação para a diversidade, que abarque as diferenças existentes em nossa sociedade e, em especial, para com os povos indígenas. Em resumo, Dunck, Barretos e Nazário (2016, p. 143) consideram que “precisamos escrever uma nova história, educando e nós educando para a diversidade”.

### **Considerações Finais**

O que se buscou, de fato, com o estudo da temática indígena foi compreender-se a importância da Lei 11.645/08 que tornou obrigatória a inserção da história e cultura dos povos indígenas nos currículos de escolas públicas e privadas, bem como a sua representação no livro didático. Assim, buscou-se analisar à

relevância de se trabalhar a temática no processo histórico e na própria contemporaneidade.

A partir da análise realizada, percebe-se que alguns pontos permanecem suscetíveis a críticas. Apesar da tentativa de “visibilidade” a diversidade cultural dos povos, em outros pontos percebe-se que o indígena aparece em função da ação colonizadora. Com base nessa constatação, percebe-se que o material didático precisa ser revisto, pois, nele, ainda aparecem questões equivocadas a respeito da história dos povos indígenas. Pontos que carecem de aprofundamento, de modo que deem suporte para compreender-se o papel dos indígenas como sujeitos históricos que participaram de forma ativa na luta contra opressão, na resistência contra violência e ao genocídio ao qual foram submetidos.

Logo, deve-se contextualizar a história destes povos, não os mencionando apenas no passado, pois fazem parte da contemporaneidade. Uma vez atuantes no mundo atual, eles têm reivindicado seus direitos e buscado o seu reconhecimento perante a sociedade. Diante do exposto, vale ressaltar que muitas vezes o único material ao qual os alunos tem acesso é o livro didático. Portanto, se este material não viabilizar questões que desconstruam esses conceitos e preconceitos formados a respeito da temática indígena, cada vez mais serão reforçados estereótipos serão vinculados a sua imagem.

Levando-se em consideração as diferenças e a diversidade étnica e cultural que marca nossa sociedade, com este estudo objetiva-se uma educação que (trans)forme indivíduos críticos e reflexivos, a partir do viés descolonizador. Sendo assim, espera-se que o indígena venha a ser reconhecido a partir de sua visão de mundo e não por meio do “outro”, que, por muitas vezes, vincula estereótipos a sua imagem.

Portanto, faz-se necessário repensar o ensino-aprendizagem em torno da temática indígena, visto que, a partir da análise do questionário e dos desenhos feitos pelos alunos, percebe-se que ainda se tem um longo caminho a percorrer. Como viu-se, ainda permeia pelo imaginário dos alunos as representações que inserem o indígena como parte apenas do passado, sendo representado por meio,

do contato com a “natureza”, “vivendo em aldeias”, com enfeites de “pena”, usando “tanga”, utilizando da “caça e da pesca” e do “arco e flecha”. Nesse modelo de ensino, não se permite pensar no indígena como um morador da cidade, utilizando, por exemplo, as tecnologias.

Nesse sentido é preciso que haja o reconhecimento e a valorização das diferenças culturais nos contextos escolares, para que realmente a temática indígena seja inserida nesse âmbito. Dessa maneira, escola, professores e o próprio sistema educacional precisam encontrar formas de lidar com este “novo” desafio, levando-se em conta as dificuldades e viáveis soluções para o mesmo. Para que isso se concretize, precisam buscar por novas fontes, propondo, a partir disso, novas abordagens e métodos de se lidar com a diversidade cultural desses povos. Em suma, que desmistifiquem as visões preconceituosas e provoquem nos alunos o interesse em obter cada vez mais conhecimento e criticidade sobre os povos indígenas.

## **Referências**

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Projeto Araribá: História**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2010. Obra em 4 v. para alunos de 6º a 9º ano.

BHABHA, Homi K., 1949- **O local da cultura**/ Homi K. Bhabha; tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441 p. – (Humanistas)

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Educação e Diversidade: os múltiplos olhares sobre o lugar do indígena no livro didático e na sala de aula. In: OLIVEIRA, Hélio Frank de; BICALHO, Poliene Soares dos Santos; MIRANDA, Sabrina do Couto de (Org.). **Educação e Diversidade: múltiplos olhares**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2013. p. 139-152.

DUNCK, Ema Marta; BARRETOS, Euder Arrais; NAZÁRIO, Maria de Lurdes. Diversidade étnica e cultural indígena brasileira: discussões importante no contexto da educação básica da escola não indígena. In: Maria Socorro Pimentel da Silva, Maria de Lurdes Nazário, Ema Marta Dunck. **Diversidade cultural indígena brasileira e reflexões no contexto de educação básica**. Cintra (orgs.). - Goiânia:/ Editora Espaço Acadêmico, 2016. (Série Educação; 1) p. 125-143.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores.** - 1.ed., 1ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2014.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI: UNESCO, 1998. p.481-526.

JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho. Índios Cristãos na Amazônia Colonial. In: Luisa Tombini Wittmann **Ensino (d)e História Indígena.** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Práticas Docentes) p. 47- 80

MACHADO, Márcia (Org.). **Culturas e história dos povos indígenas: formação, direitos e o conhecimento antropológico.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. 200 p.

OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva. **Entre a realidade e o imaginário: as representações de indígenas na sala de aula e nos livros didáticos.** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades do Programa Territórios e Expressões Culturais do Cerrado). Anápolis, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, 2015.

PORTELA, Cristiane de Assis. Apontamentos acerca da História indígena em Goiás: do índio imaginado ao índio real. In: SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Histórias de Goiás: memória e poder.** Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p.77-108.

ROCHA, Leandro Mendes. A História dos Índios de Goiás. In: Maria Socorro Pimentel da Silva, Maria de Lurdes Nazário, Ema Marta Dunck. **Diversidade cultural indígena brasileira e reflexões no contexto de educação básica.** Cintra (orgs.). - Goiânia:/ Editora Espaço Acadêmico, 2016. (Série Educação; 1) p. 31-53.

SILVA, Giovani José da. Ensino de História Indígena. In: Luisa Tombini Wittmann **Ensino (d)e História Indígena.** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Práticas Docentes) p. 21- 46.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino (d)e História Indígena.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Práticas Docentes)